



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181335 - PE (2021/0230481-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
SUSCITANTE : KARNE KEIJO - LOGISTICA INTEGRADA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : GMAB PARTICIPACOES S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : CARLOS GUSTAVO RODRIGUES DE MATOS - PE017380
PAULO ANDRÉ RODRIGUES DE MATOS - PE019067
GUILHERME PINHEIRO LINS E SERTÓRIO CANTO - PE025000
HIGOR JOSÉ ACIOLI DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - PE046409
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DE RECIFE - PE
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 22ª VARA DE RECIFE - SJ/PE
INTERES. : INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado por KARNE KEIJO - LOGÍSTICA INTEGRADA LTDA. e GMAB PARTICIPAÇÕES S.A., ambas em recuperação judicial, em que apontam como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DE RECIFE (PE) e o JUÍZO FEDERAL DA 22ª VARA DE RECIFE (SJ-PE).

A recuperação judicial das suscitantes foi deferida, em 25/10/2017, pelo Juízo de Direito da 9ª Vara Cível de Recife com determinação de suspensão das ações e execuções movidas em seu desfavor.

Afirmam as suscitantes que, a despeito do deferimento da recuperação judicial, o Juízo Federal da 22ª Vara de Recife, nos autos da execução fiscal ali em curso, determinou a penhora de bens da primeira suscitante.

Defendem a competência do Juízo da recuperação judicial para deliberar sobre o patrimônio das empresas recuperandas.

Postulam a concessão da medida liminar para "suspender os efeitos da decisão proferida pelo Juízo Suscitado da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, e, ato contínuo, (i) fixar a competência do Juízo Universal da Seção "A" da 9ª Vara Cível da Comarca do Recife/PE, único competente para decidir sobre questões que afetam o patrimônio e os negócios jurídicos das Suscitantes, empresa em Recuperação Judicial, para, desta forma, (ii) determinar a suspensão de qualquer ato de constrição e liberação do valor penhorado em favor do Credor, e, (iii) determinar que o Juízo Federal Suscitado proceda com o desbloqueio do valor bloqueado, com o seu retorno às contas correntes da Suscitante ou, alternativamente, que determine sua remessa para conta vinculada ao processo de Recuperação Judicial da Suscitante, perante o Juízo Universal" (fl. 21).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Inicialmente, observa-se que as execuções fiscais não estão sujeitas aos efeitos da recuperação judicial da devedora e, notadamente, às suspensões e restrições determinadas pelo art. 6º, incisos I, II e III, da Lei n. 11.101/2005, com redação dada pela Lei n. 14.112/2020.

Entretanto, conforme a nova sistemática legal, cabe ao Juízo da recuperação judicial determinar a substituição dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial até o encerramento da recuperação judicial, a qual será implementada mediante a cooperação jurisdicional, conforme o art. 6º, § 7º-B, da Lei n. 11.101/2005, com redação dada pela Lei n. 14.112/2020.

Evidentemente, cabe ao Juízo da recuperação judicial definir a qualidade do bem de capital constricto na execução fiscal como essencial, bem como cabe àquele Juízo determinar a sua substituição por outro ativo da devedora em recuperação judicial, em atividade cooperativa com o Juízo da execução fiscal.

Assim, até que seja definida a qualidade do bem constricto e implementada a referida cooperação jurisdicional para sua substituição, deve a execução fiscal permanecer suspensa.

Verifica-se, portanto, a presença do *fumus boni iuris* relativo ao pedido de suspensão da execução fiscal.

O *periculum in mora*, por sua vez, está demonstrado por meio da decisão do Juízo suscitado, que determinou o prosseguimento da execução movida contra a primeira suscitante com determinação de penhora de bens (fls. 552-553).

Ante o exposto, defiro parcialmente o pedido de liminar para suspender, até ulterior deliberação da relatora, os atos executórios promovidos pelo Juízo Federal da 22ª Vara de Recife (SJ/PE), na Execução Fiscal n. 0812810-26.2020.4.05.8300 ajuizada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO.

Designo, por conseguinte, o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível de Recife (PE) para decidir, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Comunique-se com urgência aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias, nos termos do art. 197 do RISTJ.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal pelo prazo de 15 dias (art. 198 do RISTJ).

Em seguida, encaminhem-se os autos à relatora.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência